



Boletim Conjuntural Maio | 2020

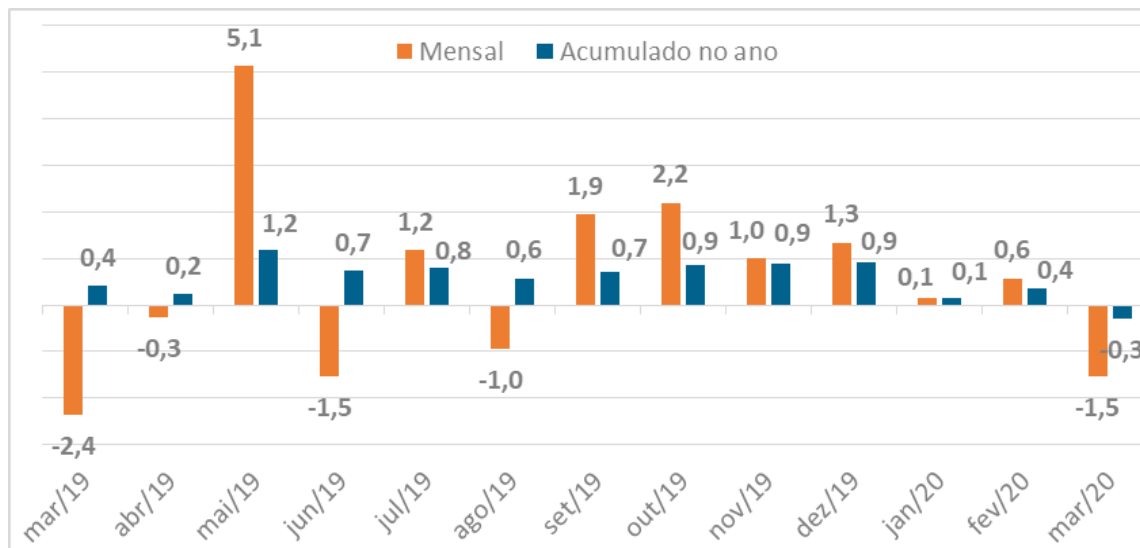
1. CONJUNTURA NACIONAL

No último boletim do Instituto Fecomércio – cuja base de dados teve como referência o mês de fevereiro de 2020 – destacou-se a longa trajetória de crise econômica que o país vem atravessando desde 2014. Ademais, a economia do país registrou, nos três últimos anos, um desempenho medíocre – pouco mais de 1,0% ao ano. Nesse ambiente, de reduzida atividade econômica, a pandemia do Covid-19 provoca graves efeitos negativos sobre a economia mundial; no Brasil, a situação se agrava a cada dia.

Nesse contexto, os primeiros efeitos negativos sobre a atividade econômica ocorrem a partir de março de 2020, sendo então incorporados ao conteúdo da presente Edição. Já se espera uma elevada redução do nível de atividade econômica neste ano. O último Boletim Focus divulgado pelo Banco Central (25/05/2020) sinaliza para um declínio anual do PIB, de (-5,89%), aproximando-se de previsões mais pessimistas oriundas de organismos internacionais e de segmentos do setor privado no Brasil.

No que se refere ao mês de março 2020, considerado março do ano passado como base, o IBC_BR já registra variação negativa de -1,5%. No primeiro trimestre de 2020, tendo-se por base correspondente trimestre de 2019, a queda é de -0,3% – como ilustra o [Gráfico 1](#).

Gráfico 1. Brasil: taxa de variação (%) mensal e acumulada no ano, do índice de atividade econômica (IBC-BR) – março/2019 -março/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



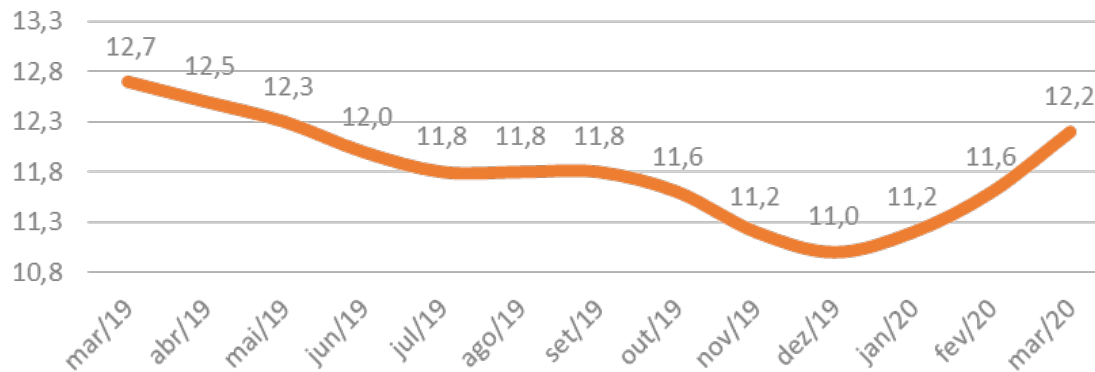
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Note-se que, no Brasil, março do corrente ano incorpora apenas o início de graves efeitos negativos que a COVID-19 deverá provocar na economia. A fragilizada economia nacional sofrerá declínio acentuado em 2020; o quão profundo tal impacto virá a ser depende da extensão e da profundidade da pandemia no Brasil.

Portanto, março de 2020 constitui marco de nova fase da economia, com padrão de produção de bens e serviços que, com certeza, será inferior ao que vinha se observando. Claro, esse novo cenário traz reflexos negativos sobre o mercado de trabalho, o rendimento das famílias o consumo de bens e serviços.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, informações oriundas da PNAD Contínua (IBGE) revelam que a taxa de desemprego aberto sai de 11,6% no trimestre terminado em fevereiro de 2020, para 12,2% no trimestre encerrado em março – ver **Gráfico 2**; um incremento que já é considerável. Em termos absolutos, tal nível de desocupação representa 12,9 milhões de pessoas desempregadas (desemprego aberto, representado por aqueles que buscam ativamente algum tipo de ocupação – seja formal ou informal – e não logram êxito). No trimestre encerrado em fevereiro deste ano, os desocupados totalizavam 12,3 milhões. Saliente-se que, neste trimestre, só no mês de março começaram a surgir os efeitos adversos da COVID-19, o que leva a expectativas de que a taxa de desemprego continuará crescendo ao longo dos próximos meses.

Gráfico 2. Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) – março/2019 a março/2020

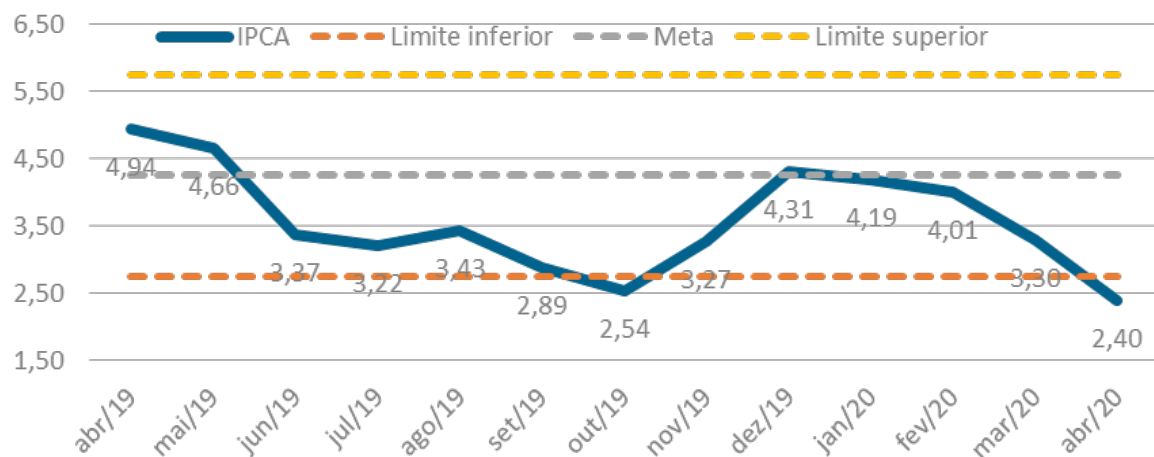


Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Inflação baixa e sob controle, permanece – em tal quadro de crise econômica e elevado desemprego – como fator destacado. Em abril deste ano, o indicador oficial de inflação (IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumula em 12 meses (**Gráfico 3**) um crescimento do nível geral de preços de apenas 2,40%; trata-se de patamar bem abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,25%), e também abaixo do limite inferior (2,75%). Por outro lado, a referida edição do Relatório Focus também traz estimativa de 1,57% para o IPCA de 2020, contra 1,59% na semana anterior. Tal redução do indicador de inflação permite que o Banco Central continue no caminho de redução da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 3,0% – depois do corte de 0,75 ponto percentual, maior do que “o mercado” esperava.

Gráfico 3. Brasil: IPCA acumulado em 12 meses, em % – abril/2019 a abril/2020



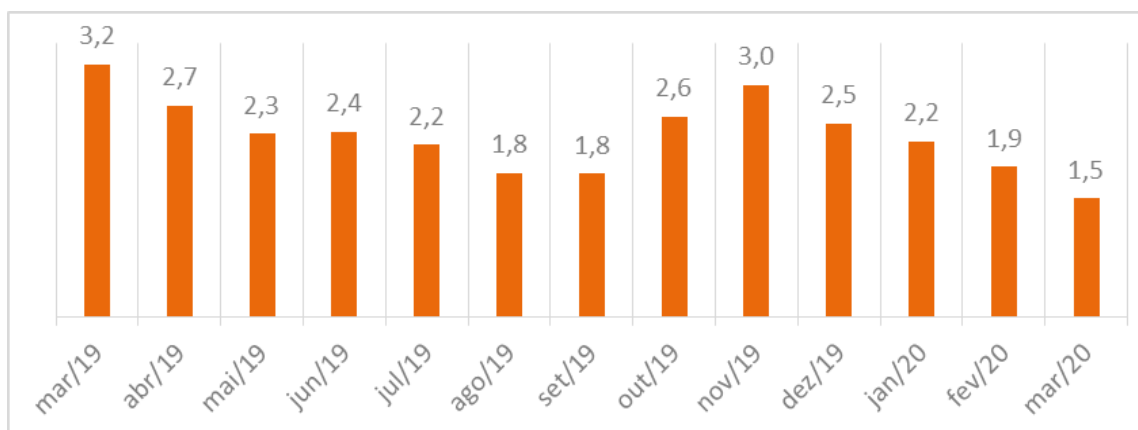
Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

A expectativa – também com base no Boletim Focus –, é de que 2020 se encerre com uma taxa Selic de 2,25%; permanecendo a estimativa da semana anterior. Deverá ser, sem dúvida, o menor patamar registrado no país – recorde histórico, portanto. Sabe-se que um baixo valor da Selic significa, em princípio, estímulo ao investimento produtivo via menor custo do capital financeiro e ao consumo das famílias ao diminuir o custo do crédito, além de menor pressão sobre juros da dívida pública, reduzindo o crescimento do déficit nominal. Todavia, efeitos positivos sobre a atividade econômica são, no presente momento, menos prováveis – considerada a piora de expectativas dos agentes econômicos. Tal se dá no que respeita a investidores/produtores, por conta de maior incerteza; e ao consumidor, por conta de renda insuficiente ou de cautela, entre estratos sociais que represam realização de gastos, dada a insegurança com respeito a permanência em posições de emprego assalariado ou manutenção de negócios, em ambiente econômico incerto.

Ademais, para garantir medidas de enfrentamento à pandemia e de decorrentes impactos sanitários, econômicos e sociais, o quadro fiscal (União, Estados e Municípios) assume patamar de elevado, crescente e inesperado, déficit. São gastos com proteção sanitária, proteção social dos menos desfavorecidos e assistência a segmentos empresariais mais severamente atingidos pela suspensão de atividades (principalmente no caso de micro, médios e pequenos estabelecimentos econômicos – que garantem a grande maioria das ocupações geradas na economia). Trata-se, seguramente, de um ainda mais difícil processo de recuperação da economia, no pós-Covid-19.

A massa de rendimentos do trabalho – parcela mais relevante da renda familiar – também assume, no âmbito da presente análise, destacada posição, dada a importância que exerce como pilar de sustentação dos segmentos de comércio e prestação de serviços, que constituem objeto de atenção a partir da seção seguinte. Trata-se de um agregado econômico que vem perdendo ritmo desde o trimestre encerrado em novembro do ano passado, quando logrou alcançar crescimento real de 3,0%. Informações sistematizadas no **Gráfico 4** revelam que, nos trimestres móveis terminados nos meses subsequentes, a trajetória é de crescimento real decrescente: 2,5% no trimestre encerrado em dezembro de 2019; 2,2% em janeiro de 2020; 1,9% em fevereiro; e 1,5% em março.

Gráfico 4. Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % – março de 2019-março de 2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

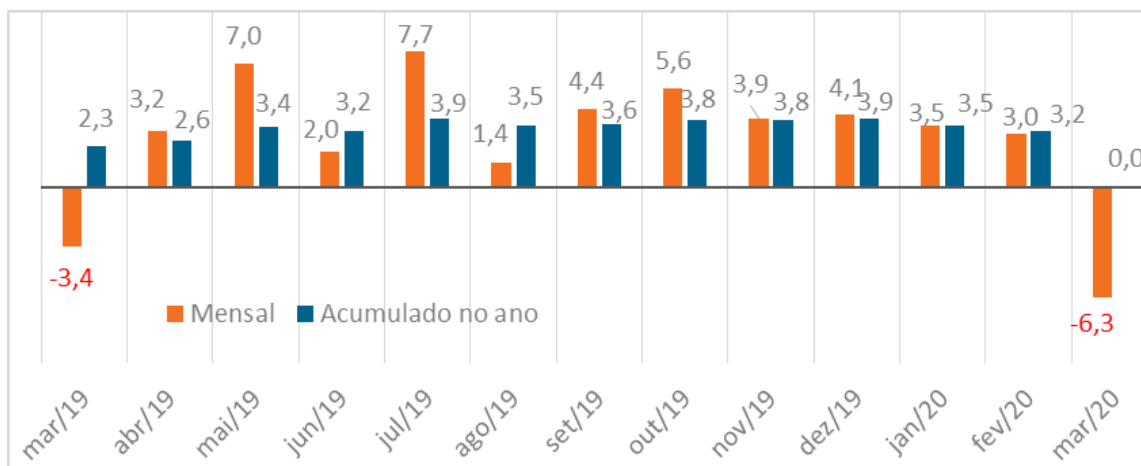
Em suma: mesmo mantendo-se positiva, a massa real de salários registra, no primeiro trimestre de 2020, ganho cuja magnitude é inferior ao menor patamar anteriormente atingido – nos trimestres encerrados em agosto e setembro de 2019.

COMÉRCIO VAREJISTA: DESEMPENHO MENSAL NEGATIVO EM MARÇO

Mantido um procedimento usual na série de edições do Boletim Instituto Fecomércio, esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: **varejo** (restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e **varejo ampliado**. O **Gráfico 5** traz números a respeito dos indicadores – **mensal e acumulado do ano** – do volume de vendas do varejo ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito. Analogamente, vê-se – no **Gráfico 6** – a trajetória mensal e o indicador acumulado do **varejo restrito**.

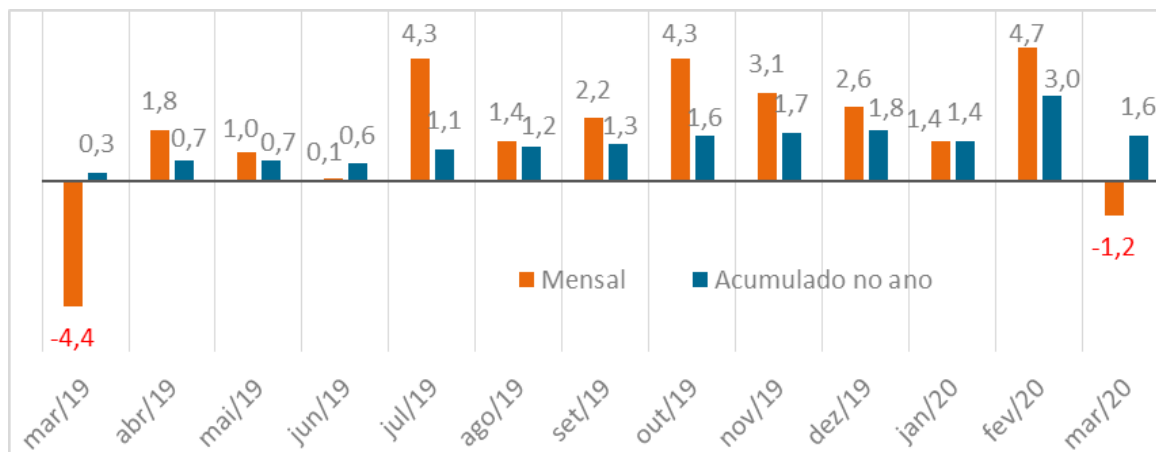
O volume de vendas observado no primeiro trimestre de 2020, do varejo ampliado, contraposto ao de período correspondente de 2019, mantém-se estável. Ou seja, variação de 0,0%. Por outro lado, a contraposição mensal (março 2020/março2019), revela queda bem acentuada (-6,3%). Tal resultado é o primeiro negativo depois de onze meses de resultados seguidamente positivos (**Gráfico 5**). No tocante ao desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – observa-se que, no resultado acumulado do ano, isto é, no primeiro trimestre de 2020, o varejo ainda se mantém positivo (1,6%), em relação ao primeiro trimestre de 2019. Entretanto, o indicador mensal de março deste ano (-1,2%), tendo-se por base o mês de março do ano passado, também começa a mostrar efeitos negativos iniciais da COVID-19, sobre o varejo; analogamente ao mencionado para o varejo ampliado, trata-se do primeiro resultado negativo mensal depois de onze meses consecutivos de variações positivas (ver **Gráfico 6**). Ressalte-se que os efeitos econômicos do isolamento social só começaram a se manifestar a partir da segunda quinzena de março de 2020.

Gráfico 5. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % – março 2019-março/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 6. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % – março/2019-março/2020 (base: mesmo período no ano anterior)

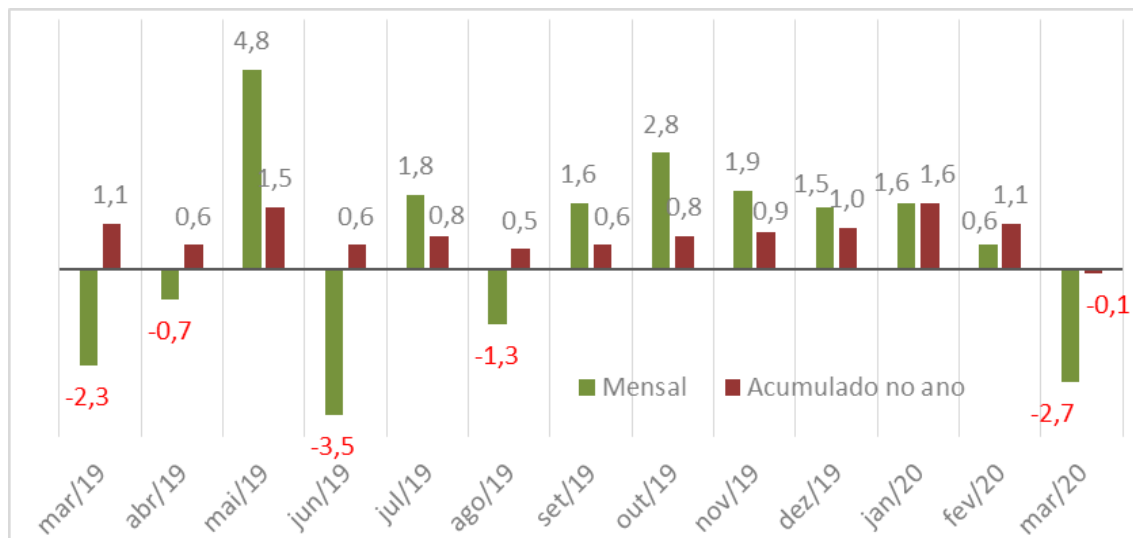


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O SEGMENTO DE SERVIÇOS TEM DESEMPENHO NEGATIVO EM MARÇO 2020

No que diz respeito ao setor de prestação de serviços, os resultados são semelhantes aos observados no varejo restrito. Com efeito, quase estabilidade (decréscimo de apenas 0,1%) do desempenho observado no primeiro trimestre de 2020, tendo-se por base de comparação o verificado no correspondente trimestre de 2019. Todavia, o indicador de março de 2020 – comparado com março de 2019 – já registra influência negativa do novo Coronavírus sobre o volume de serviços prestados no mês: variação negativa de -2,7% – ver **Gráfico 7**.

Gráfico 7. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços, em % – março/2019-março/2020

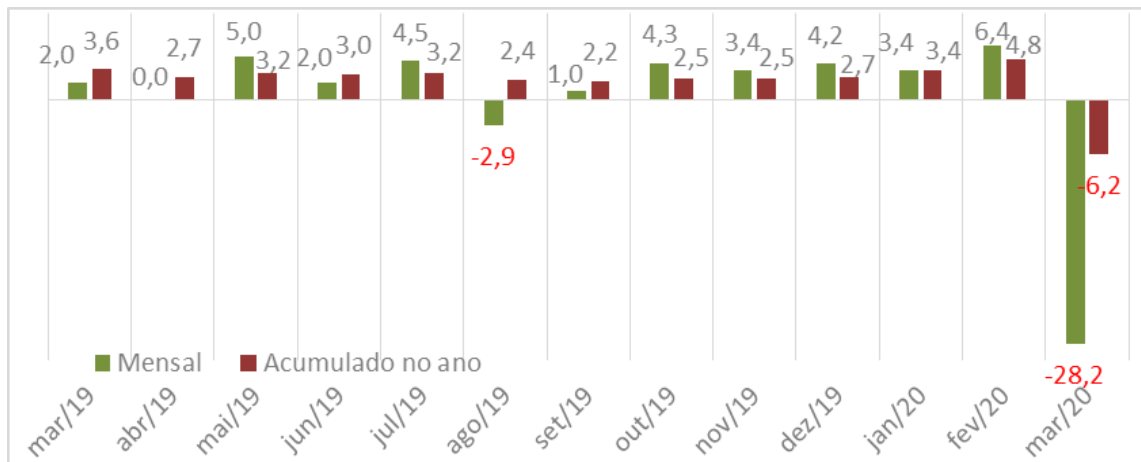


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

TURISMO: DESEMPENHO FORTEMENTE NEGATIVO EM MARÇO

O segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem significativa relevância e, como tal, é aqui particularizado – revela redução do volume de serviços bem mais acentuada do que as registradas para o varejo e o setor de serviços como um todo (**Gráfico 8**). Na verdade, esse é um resultado esperado, dado que o segmento do turismo foi atingido com maior severidade por impactos de medidas de afastamento social estabelecidas para reduzir a velocidade de contágio do novo coronavírus na população. De fato, o setor de turismo engloba segmentos de transportes diversos, hotéis, restaurantes, etc., todos fortemente impactados – de forma rápida – por medidas de combate à pandemia. Como registra o **Gráfico 8**, o declínio observado no mês de março já é muito significativo (-28,2%), o suficiente para causar redução do indicador acumulado (janeiro a março de 2020): o volume de serviços sofre variação negativa (-6,2%), tendo-se por base o primeiro trimestre de 2019.

Gráfico 8. Variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % – março 2019-março 2020



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em suma, tanto os indicadores relativos ao volume de vendas do varejo quanto os referentes a prestação de serviços – especialmente turismo – começam a revelar variação negativa em março de 2020. Entre os segmentos do varejo, apenas supermercados e farmácias – essenciais – registram variações positivas. Portanto, de uma maneira geral, o desempenho do volume de compras no varejo e nos serviços começa a anular variações positivas que vinham sendo observadas nas últimas edições do Boletim Instituto Fecomércio.

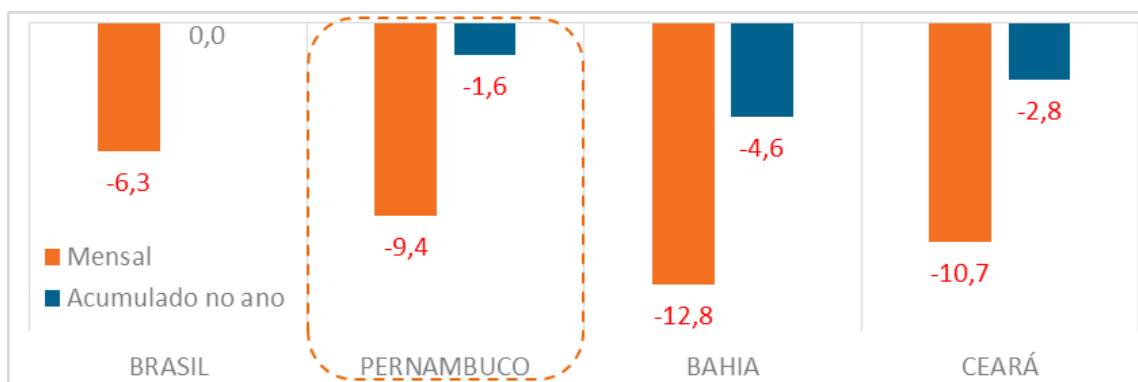
2. COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM MARÇO DE 2020: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Incorporam-se à análise – nesta seção – informações que permitem se contextualizar o desempenho do comércio varejista e da prestação de serviços em Pernambuco, estabelecendo-se comparações com indicadores referentes ao país e aos estados economicamente mais expressivos da região Nordeste. Informações básicas para o mês de março de 2020 são apresentadas nos **Gráficos 9 e 10**, tanto para o indicador mensal quanto para o acumulado.

O varejo ampliado pernambucano – conforme os indicadores acumulado e mensal – revela, em março deste ano, desempenho abaixo do registrado para o país. O volume de vendas em Pernambuco, no resultado acumulado do ano, no primeiro trimestre de 2020, sofre redução de 1,6%, enquanto o varejo ampliado do país mantém estabilidade (0,0%). Por sua vez, o indicador mensal para Pernambuco revela redução de -9,4%, contra -6,3% no Brasil. Portanto, em ambos os casos o desempenho do varejo ampliado pernambucano é inferior ao equivalente nacional.

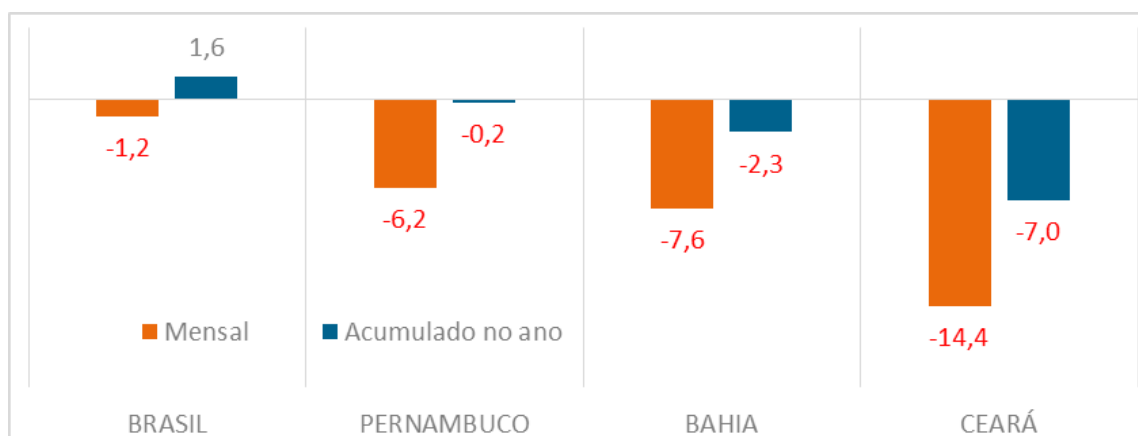
No que diz respeito ao varejo restrito, o indicador referente ao acumulado do ano também revela pior desempenho em Pernambuco (redução de -0,2%). No país, o volume de vendas no varejo restrito ainda mantém-se positivo no primeiro trimestre de 2020 (1,6%). Declínio maior é observado no resultado mensal: -6,2% em Pernambuco, e -1,2% no país. Em ambos os casos – ampliado e restrito – o desempenho do varejo pernambucano fica abaixo do alcançado pelo varejo nacional.

Gráfico 9. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas Varejo Ampliado – março/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

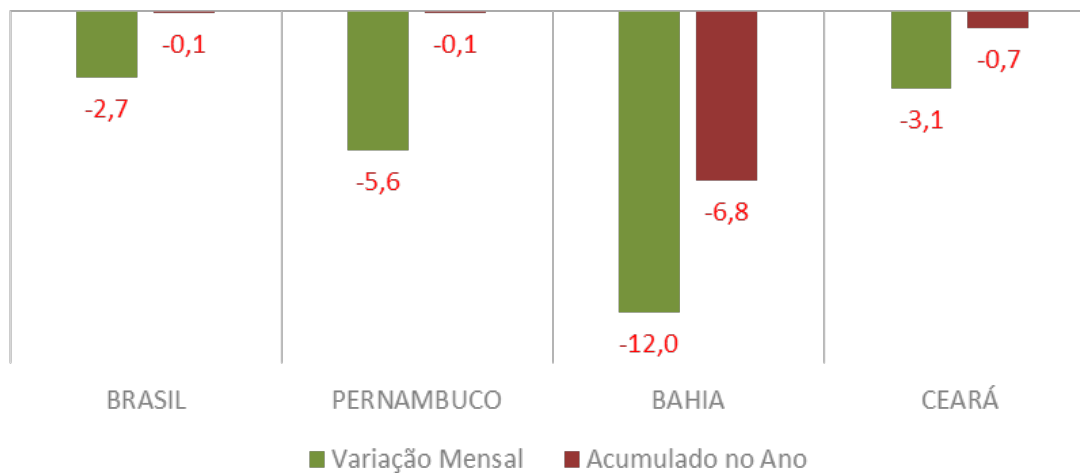
Gráfico 10. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas no Comércio Varejista – março/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que concerne ao desempenho do setor de prestação de serviços em Pernambuco (**Gráfico 11**), os números são também negativos: -0,1% em março de 2020, em relação a março de 2019; e -5,6% na variação acumulada do ano (até março). Portanto, Pernambuco mantém desempenho acumulado, no setor de serviços, igual ao obtido no âmbito nacional, mas com declínio mais acentuado no resultado mensal. Em termos regionais, o setor de serviços em Pernambuco sofre impacto menor que o registrado para os outros estados nordestinos em destaque – Ceará e Bahia. E isso se dá nas situações retratadas pelos dois indicadores (o acumulado no ano e o indicador mensal).

Gráfico 11. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada, do volume de serviços – março/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

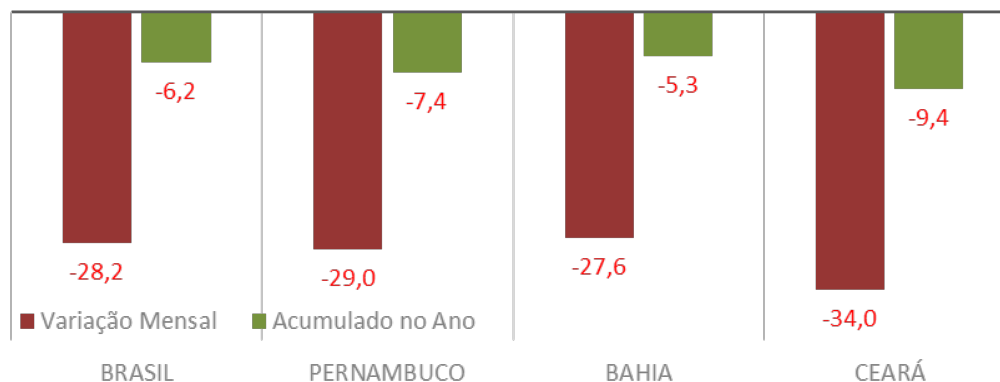


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Analisa-se agora segmento de Turismo, mantida a contextualização de Pernambuco em mais amplo espaço de referência. As informações sistematizadas no **Gráfico 12**, tratadas seguindo-se tal procedimento, envolve os indicadores mensal e acumulado do volume de atividades turísticas em março de 2020 (a base sendo o volume observado nos correspondentes e respectivos períodos de referência de 2019: março e o acumulado no primeiro trimestre), referentes aos três estados nordestinos e ao país. Reitere-se que o segmento do turismo tem sido impactado mais intensamente em decorrência das medidas de afastamento social. Reitere-se que esse setor é composto por atividades tais como transportes diversos, hotéis e restaurantes – bastante afetadas pelos efeitos negativos da pandemia e do enfrentamento da crise sanitária.

Pernambuco revela, no segmento de atividades turísticas, desempenho fortemente negativo no resultado mensal (março de 2020): -29,0%. Isso ocorre em um cenário em que o país como um todo também sofre, em tais atividades, severo declínio (-28,2%). Em termos regionais, os dados para o Ceará revelam retração mensal também de grande monta (-27,6%). Em relação aos indicadores acumulados (janeiro a março de 2020), tendo-se como base de comparação o mesmo período de 2019, o segmento de turismo pernambucano revela resultado negativo (-7,4%); não muito diferente do alcançado pelo setor de turismo nacional (-6,2%). Da mesma forma, são negativos os valores de similares indicadores para o turismo nos estados do Ceará (-5,3%) e da Bahia (-9,4%).

Gráfico 12. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de Atividades Turísticas – março/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Mencione-se, por oportuno, que impactos negativos – da pandemia e decorrente contingência sanitária, econômica e social – deverão afetar bastante os próximos resultados a ser apresentados na série de Boletins da Fecomércio. Já foram verificadas profundas variações negativas do volume de negócios no comércio varejista e na prestação de serviços, em particular no segmento de turismo. Exceção deve ocorrer, em termos de intensidade dos efeitos, em segmentos específicos, a exemplo da rede de supermercados e do segmento de farmácia, considerados essenciais, que – pela função econômica que exercem – são atividades que vêm aumentando o volume de vendas.

3. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A análise contida nesta edição do Boletim Conjuntural do Instituto Fecomércio, como assinalado na seção inicial desta Edição, passa a ter como base de referência um quadro drasticamente modificado – tanto quantitativa quanto qualitativamente – em relação ao panorama anterior. Permanece o macro-objetivo global de retomada do caminho de recuperação da economia, em associação com ajustes institucionais que levem o país a melhor se inserir no competitivo contexto mundial, melhorar a qualidade (eficiência) da ação estatal e oferecer condições de mais adequado funcionamento dos mercados, sem perder o alcançado padrão de relativa estabilidade inflacionária. Todavia, novos elementos desafiadores surgem no aumento do déficit fiscal, na elevação da pobreza e de desigualdades sociais, no padrão de inéditas e altas taxa de câmbio, e no tamanho da recessão que já teve início, na esteira de impactos negativos da pandemia causada pelo COVID-19. Crise sanitária capitaneada por um vírus que cientistas e médicos pouco conhecem, e a respeito do qual se descobrem, quase diariamente, novas facetas. E isso em um país com mais de 200 milhões de habitantes, que carrega enorme desigualdade, além de substantivo atraso educacional.

No que respeita a impactos dessa nova contingência da economia brasileira, as informações examinadas nesta Edição do Boletim – que captam impactos pandemia a partir da segunda metade do mês de março – trazem números, sobre a atividade econômica e o mercado de trabalho e sobre atividades comerciais e de prestação de serviços, que já impressionam. De fato, foi observado que, conforme o IBC-BR, em março de 2020 já se registra retração de -1,5% do índice de atividade econômica, sobre março do ano anterior, o que já provocaria impacto -0,3% no indicador trimestral. Ademais, já se projeta retração do produto, anual, para algo próximo de 6,0%. Quando se trata especificamente dos segmentos de comércio varejista e prestação de serviços – objeto destacado nesta série de análise conjuntural – os impactos observados também se revelam já em março deste ano, destacando-se o segmento de atividades turísticas, fortemente impactado por medidas de isolamento social. Salvo atividades comerciais que tiveram demanda sustentada ou até ampliada, por conta da essencialidade – a exemplo das exercidas por supermercados e farmácias – indicadores de desempenho passam a, no mínimo, ter anuladas variações positivas observadas em edições imediatamente anteriores do Boletim Instituto Fecomércio.

O impacto no mercado trabalho se revela contundente, até porque a curva que descreve a evolução do desemprego já estava em rota ascendente. A taxa de desocupação, como observado na seção introdutória desta Edição, já se elevou para 12,2% (trimestre móvel janeiro-março), saindo de 11,6% (trimestre dez2019-fev2020), o que adiciona cerca de 600 mil novos desempregados. Assim, efeitos negativos da pandemia e do necessário enfrentamento já cobram preço significativo nesta primeira análise do novo ambiente econômico e social do país. Uma particularidade desconfortável é a destacada posição de Pernambuco no contexto nacional da crise sanitária.

Em termos prospectivos, interessa notar que ao desafio que já se enfrentava – viabilizar a retomada de uma economia que luta para escapar de quase dez anos de uma inédita temporada de crise – acrescenta-se um ano ou mais de recessão. Portanto, o que já era extremamente difícil ganhou ainda maior complexidade; ademais, porque também se torna mais vulnerável e volátil o contexto internacional. Ocorre que a meta de modernização institucional da economia, mesmo temporariamente afetada pelo combate à emergência sanitária, e por ações compensatórias do decorrente impacto recessivo, deverá permanecer no horizonte – embora o que poderia ser apenas uma questão de ajuste temporal pode se tornar algo mais errático, por conta de complicações em termos da governança.

Por outro lado, enquanto alguns fatores potencialmente pró-crescimento permanecem válidos (reduzida taxa básica de juros, baixa inflação, capacidade ociosa na indústria e em outros setores da economia), outros surgem – por diversas razões.

Uma questão que vai requer cuidadoso trato é o novo patamar de déficit primário, em decorrência do esforço fiscal de aumento dos gastos públicos para dar conta dos impactos sanitários, econômicos e sociais gerados pelo combate à pandemia. Já se estima que o déficit primário deverá ultrapassar R\$ 540 bilhões, neste ano. E não será surpresa se tal déficit alcançar ou ultrapassar R\$ 600 bilhões: o aumento de gastos públicos está em processo de expansão, dado que as curvas de contágio e de óbitos permanecem em acentuada tendência crescente, e em diversas partes do país o sistema de saúde pública já chegou ou está próximo de colapso. Por outro lado, redução de receitas tributárias elevam o déficit: em abril de 2020, o volume da arrecadação federal revela perda de 29,0% relativamente a igual mês do ano passado.

Esse novo contexto fiscal torna mais desafiador, em curto e em médio prazo, viabilizar investimentos públicos na medida necessária à dimensão de recuperação da infraestrutura, aumentando a pressão por captação de recursos privados, o que demanda apropriados mecanismos institucionais. Para tal mister, é necessário que ambiente de negócios e ambiente político sejam redutores de incertezas. Ademais, os caminhos de recuperação da economia brasileira, pós-pandemia, devem incluir o requisito fundamental de manutenção do padrão inflacionário alcançado, elemento básico para o mundo do investimento, da produção, e o do bem estar da população.

Pressões inflacionárias vindas do novo quadro cambial serão eventualmente controladas por uma demanda agregada fortemente deprimida. Todavia, as reservas externas – que vêm sendo utilizadas como instrumento de ajuste da taxa cambial e, por isso, estão no nível de US\$ 343 bilhões (em meados de maio 2020), vindo de US\$ 370 bilhões alcançados em 2018 – ainda dão margem para operações preventivas, embora não com o mesmo nível de conforto. Mas trata-se de mercado volátil por natureza, e como o enfrentamento da pandemia, mesmo na hipótese de eventual nova onda de contágio em alguns países, pode estar entrando em fase customizada – a exemplo da China e de alguns países parte de Europa – pode haver redução de turbulências, pelo menos por parte do efeito COVID-19. Ademais, pesquisas sobre vacina andam a passo acelerado, e não seria absurdo se um adequado antídoto se tornasse realidade em tempo bem mais breve que o esperado. Importa, nesse contexto do mercado cambial, notar que o déficit em transações correntes do país encerrou 2019 em patamar acima de US\$ 50 bilhões, um dos maiores em período recente.

Por outro lado, o país permanece constituindo – no panorama internacional – um mercado de grandes proporções, potencialmente atrativo ao influxo de capitais, com inegável relevância geopolítica na América Latina e importantes interconexões com a economia internacional, algo que é elemento estruturante da posição brasileira nesse contexto mais amplo. E, considerada essa ampla abrangência, é questão crucial a capacidade brasileira de manter posição confortável no painel de países a se beneficiar de fluxos de capitais disponíveis para investimento ou para aplicação financeira.

No caso brasileiro, é fundamental cuidar de eliminar fatores internos que pudessem vir a minar a confiança dos agentes econômicos e a estimular mais fuga de capitais, particularmente em função de incerteza sobre perspectivas de recuperação da economia brasileira. Infelizmente, nosso padrão de governança tem sido fonte de instabilidades, o que dificulta o enfrentamento de crise tão ampla, profunda e complexa, envolvendo fatores sanitários, econômicos e sociais. Algo sem paralelo, desde – pelo menos – a última Guerra Mundial.

4. BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB). **Índice de Atividade Econômica**. Março/2020.

Pesquisa Mensal do Comércio. Março/2020.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Março/2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Março/2020.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Abril/2020.

EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Bernardo Peixoto
Economista: Rafael Ramos
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista
Ademilson Saraiva | Economista
Roberto Alves | Estatístico
Jorge Jatobá | Economista
Tania Bacelar | Economista

Avenida Visconde de Suassuna, nº265,
Santo Amaro, Recife-PE | CEP 50050-540
Tel.: (81) 3231-5393 / 3231-6175
www.fecomercio-pe.com.br

